



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM TURISMO

FRANCIELLE DE PINHO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ENTORNO DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE MINAS GERAIS:  
VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO**

JUIZ DE FORA – MG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM TURISMO

FRANCIELLE DE PINHO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ENTORNO DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE MINAS GERAIS:  
VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial de avaliação, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta.

JUIZ DE FORA – MG  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM TURISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial de avaliação, para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ENTORNO DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO DE MINAS GERAIS:  
VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta – Orientador UFJF

---

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto – Membro da Banca UFJF

---

Prof<sup>a</sup>. Luciana Bittencourt Villela – Membro da Banca UFJF

JUIZ DE FORA – MG

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família por acreditar nos meus sonhos e estar comigo em todas as situações. Por todo o suporte necessário para a minha formação pessoal e acadêmica.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes, apoiando e compartilhando essa caminhada.

Aos meus professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional e sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado.

Agradeço também a minha instituição de ensino, por ter me dado a chance e todas as ferramentas que permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

*Pensar o Turismo de Base Comunitária como turismo só de geração de renda é pouco.*

*O lastro do Turismo Comunitário tem sua base na diversidade cultural e nos valores humanos.*

*A moeda... não é recebida, é trocada!*

*Os valores... não geram riquezas, geram nobreza!*

*É o turismo do presente... e é tão presente que no futuro as palavras turismo e turistas incomodarão tanto quem recebe quanto quem é recebido.*

*(Lima, 2010)*

## RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo alternativo de turismo que vem ganhando espaço tanto na área acadêmica quanto no campo prático, associado aos envolvidos nesta atividade. Como o turismo vem reestruturando valores, costumes e hábitos da sociedade local, o Turismo de Base Comunitária estabelece uma nova forma de organização/gestão da atividade turística, dando às comunidades locais o papel de protagonistas e principais atores no fornecimento de produtos e/ou prestação de serviços turísticos, bem como a valorização da cultura tradicional e a preservação da biodiversidade. Por consequência, as comunidades residentes em torno de Unidades de Conservação (UC), também estão iniciando o pensamento sobre a temática e desenvolvendo, aos poucos, atividades que se relacionam com o TBC. Neste contexto, este trabalho visa abordar por meio de caráter exploratório, maiores discussões sobre o tema, de forma a promover um entendimento sobre a temática em torno de três Unidades de Conservação selecionadas de Minas Gerais, analisando como as comunidades locais estão inseridas nas participações deste setor turístico.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Unidades de Conservação; Sustentabilidade; Comunidades Locais; Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

Community Based Tourism (CBT) is an alternative model of tourism that has been gaining space both in the academic area and in the practical field, associated with those involved in this activity. As tourism has been restructuring values, customs and habits of local society, Community Based Tourism establishes a new form of organization/management of tourist activity, giving local communities the role of protagonists and main actors in the supply of products and/or service of tourist services, as well as the appreciation of traditional culture and the preservation of biodiversity. As a result, communities residing around Conservation Units (CU) are also starting to think about the subject and gradually developing activities related to TBC. In this context, this work aims to address, through an exploratory character, further discussions on the subject, in order to promote an understanding of the theme around three selected Conservation Units in Minas Gerais, analyzing how local communities are inserted in the participation of this tourist sector.

**Keywords:** Community Based Tourism; Conservation Units; Sustainability; Local Communities; Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Etapas da elaboração do projeto “ <i>Turismo de Base Comunitária no Entorno de Unidades de Conservação de Minas Gerais: Valorização e Protagonismo Comunitário</i> ”.....	15
<b>Figura 2</b> – Biomas em Minas Gerais e no Brasil.....	34
<b>Figura 3</b> – Unidades de Proteção Integral e sua distribuição por Bioma no Estado de Minas Gerais.....	34
<b>Figura 4</b> – Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	35
<b>Figura 5</b> – Unidades de Uso Sustentável e sua distribuição por Bioma no Estado de Minas Gerais.....	35
<b>Figura 6</b> – Unidades de Uso Sustentável.....	36



## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Categoria denominada pelo SNUC.....30

**Quadro 2** – Atividades praticadas pelas UCs de Minas Gerais.....42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAs	Áreas de Proteção Ambiental
ENTBL	Encontro de Turismo de Base Local
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SECULT	Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais
SITS	Seminário Internacional de Turismo
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC	Turismo de Base Comunitária
TC	Turismo Comunitário
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
PESB	Parque Estadual Serra do Brigadeiro
PESI	Parque Estadual Serra do Intendente
PNSci	Parque Nacional da Serra do Cipó

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3. CONCEITOS, DEFINIÇÕES E FORMAS DE TURISMO.....</b>	<b>17</b>
3.1 CONCEITUAÇÃO CONVENCIONAL DE TURISMO.....	17
3.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	19
3.2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO TURISMO DE MASSA....	21
<b>4. IMPACTOS E AS COMUNIDADES LOCAIS.....</b>	<b>24</b>
4.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	27
<b>5. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS.....	33
<b>6. ANÁLISE DE RESULTADOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SELECIONADAS.....</b>	<b>38</b>
6.1 EXISTÊNCIA DE INICIATIVAS DE TBC NO ENTORNO PRÓXIMO DA UC (ZONA DE AMORTECIMENTO LIMITE 10 KM).....	38
6.2 TIPOLOGIA DE ATIVIDADES VINCULADAS AO TBC NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	41
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) propicia que a própria comunidade atue como gestora e empreendedora de suas competências e ações, administrando e planejando todas as dinâmicas estabelecidas. Assim, as organizações comunitárias, tradicionais ou não tradicionais, de vários níveis estão encontrando no Turismo de Base Comunitária uma forma de impulsionar; visto que, além de protagonizadores e de uma nova alternativa de renda, o TBC também viabiliza a oportunidade de valorizar e enaltecer a própria cultura, a preservação dos saberes tradicionais e educação ambiental, sustentabilidade, e de ressaltar o sentido coletivo da vida em sociedade, gerando múltiplos benefícios.

Podendo ser interpretado como um modelo alternativo de turismo, o Turismo de Base Comunitária apresenta iniciativas e atividades desenvolvidas pelos próprios moradores locais. Estas iniciativas, se ordenadas e bem estruturadas, oferecem experiências únicas e sustentáveis aos visitantes, além de gerar renda para a região.

Em consequência, as comunidades residentes em torno de Unidades de Conservação (UC), também têm buscado trabalhar o pensamento sobre a temática e desenvolvendo, aos poucos, atividades que circundam o TBC. Um exemplo a ser mencionado, é uma pesquisa realizada pela autora Mariana Araújo<sup>1</sup>, sobre o turismo de Base Comunitária, na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, onde é apontado o potencial para o turismo rural de base comunitária, que na prática não se encontra atualmente desenvolvido.

Por meio de um estudo, realizado ao longo de 2019, e intitulado como “Mapeamento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Entorno de Unidades de Conservação de Minas Gerais”, notou-se que o tema em torno dessas Unidades é carente de informações e maiores discussões, necessitando de um maior amadurecimento e estímulo ao fomento de novas propostas de pesquisas.<sup>2</sup>

Assim a ideia central deste trabalho tem-se como base este projeto de pesquisa - “Mapeamento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no

---

<sup>1</sup> “O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil”. Mariana Araújo, Turismo em Análise, Vol.22, n.2, agosto 2011.

<sup>2</sup> Projeto de Iniciação Científica, realizado pela UFJF, na qual consistiu em mapear iniciativas e experiências de TBC associadas e/ou integradas às Unidades de Conservação de Minas Gerais, de caráter qualitativo.

entorno de Unidades de Conservação de Minas Gerais” com a finalidade de mapear iniciativas e experiências de TBC associadas e/ou integradas às Unidades de Conservação de Minas Gerais, por meio da investigação e levantamentos de pesquisas existentes, analisando e comparando de forma qualitativa as Unidades de Conservação selecionadas – Parque Estadual Serra do Brigadeiro, Parque Estadual Serra do Intendente, Parque Nacional da Serra do Cipó. Esse mesmo estudo se encontrava vinculado ao projeto “Fomento do Turismo nos Parques Mineiros”, idealizado pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SECULT/MG), no ano de 2018, na qual, consistiu em uma ação prioritária do governo mineiro e participam 17 Unidades de Conservação estaduais e nacionais.

Por essas razões, este trabalho tende a promover um entendimento sobre a temática em torno de Unidades de Conservação de Minas Gerais, analisando como as comunidades locais estão inseridas nas participações deste espaço turístico. Pretende-se, portanto, a partir deste estudo já realizado ao longo de 2019 pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e, por entre conceitos já consolidados, contribuir para a construção de um entendimento novo e profícuo, através de um recorte mais específico.

Assim o foco principal do trabalho, é compreender as experiências de TBC existentes em torno das três Unidades de Conservação selecionadas, apresentando detalhes sobre o segmento e suas práticas, e investigando o envolvimento que as comunidades locais apresentam em relação a essas atividades. A fim de demonstrar a importância que as comunidades têm sobre o segmento em torno dessas áreas, essencialmente, quando participam ativamente no planejamento e no desenvolvimento dessas ações.

Na presente publicação, são retratadas as comunidades que residem em torno do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, escolhida em virtude da disponibilidade de maiores discussões sobre a temática, em companhia com as comunidades em torno do Parque Estadual Serra do Intendente e Parque Nacional da Serra do Cipó, que juntos buscam iniciar um TBC, porém a atividade de fato ainda não acontece.

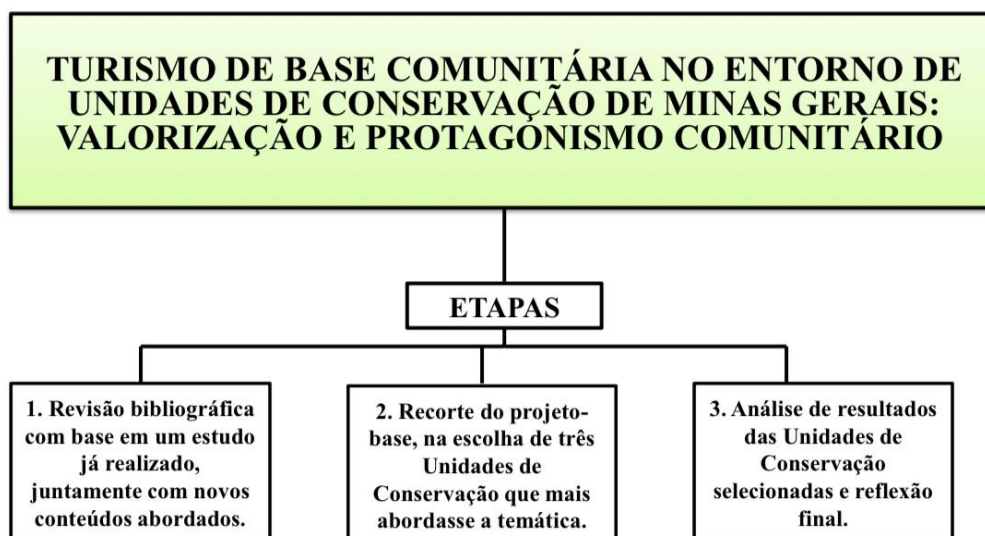
No âmbito das unidades pesquisadas, de acordo com o recorte proposto, existe um conjunto limitado de informações disponíveis, bem como de produção científica relacionada. Uma primeira aproximação sobre dados publicados evidenciou um recorte reduzido de artigos e estudos científicos. A temática do Turismo de Base Comunitária no entorno de UCs, por sua vez, figura ainda mais na periferia dos debates.

Nesse sentido, em certa medida, é possível considerar que essas unidades pesquisadas apresentam uma proximidade com o tema, uma vez que, torna-se evidente o interesse e a importância que as iniciativas de turismo de base comunitária possuem tanto para as unidades quanto para as comunidades.

Isto se deve em virtude, da capacidade do TBC em proporcionar uma maior participação da comunidade local, além de ser uma atividade complementar à renda dos próprios moradores. Mas, no entanto, nem todas desempenham este papel, seja por falta de um planejamento estruturado ou até mesmo por falta de engajamento e informações.

## 2. METODOLOGIA

**Figura 1:** Etapas de elaboração do projeto “Turismo de Base Comunitária no Entorno de Unidades de Conservação de Minas Gerais: Valorização e Protagonismo Comunitário”



Fonte: Dados da pesquisa.

O presente estudo encontra-se dividido em três principais etapas como pode ser identificado na figura acima (vide figura 1). Como já mencionado, este estudo atual dispôs como base, o projeto de pesquisa “*Mapeamento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no entorno de Unidades de Conservação de Minas Gerais*”. Dessa forma, a primeira etapa consistiu na definição dos conceitos orientadores, através de uma revisão bibliográfica já existente composto no projeto-base, conjuntamente, com novos levantamentos de pesquisas e artigos abordados sobre a temática.

Na segunda etapa houve o recorte específico do projeto-base, na escolha de três Unidades de Conservação que mais abordasse a temática de Turismo de Base Comunitária no entorno das Unidades de Conservação, envolvendo as comunidades locais, analisando/configurando como estas estão inseridas nos proveitos das atividades realizadas em seu território. Sendo elas: Parque Estadual Serra do Brigadeiro, Parque Estadual Serra do Intendente e Parque Nacional da Serra do Cipó.

O critério para a escolha das unidades decorreu do levantamento bibliográfico e documental da primeira etapa, onde foi identificado uma carência de estudos em relação às Unidades em pesquisa, destacando o Parque Estadual Serra do Brigadeiro em discussões sobre o assunto.

Outro critério adotado para a escolha das outras duas Unidades em questão, deu-se através de questionários enviados aos gestores do parque, para uma maior aproximação da realidade em estudo. Questionários, ao qual, foram aplicados pelo projeto-base via e-mail durante o primeiro semestre de 2019, aos representantes das Unidades de Conservação que participam do programa estadual “Turismo nos Parques” (SECULT).

O envio destes questionários aos gestores dos parques teve por finalidade uma aproximação da realidade em estudo, por meio do levantamento de dados e informações sobre as atividades e propostas de turismo vinculadas a possíveis arranjos, como: circuitos, roteiros, rotas, caminhos, linhas, faxinais, rios, serras, montanhas, colônias, comunidades, aldeias, vilas, quilombos, assentamentos, dentre outros termos similares. Buscou-se, nessa direção, reconhecer três aspectos principais<sup>3</sup>:

- a) Existência de iniciativas de TBC no entorno próximo da UC (zona de amortecimento limite 10 km);
- b) Tipologia de atividades;
- c) Estratégias adotadas para a comercialização.

Assim, na terceira e última etapa foram analisados os resultados levantados pelos questionários e elaborada uma análise reflexiva e mais assertiva acerca dos parâmetros estabelecidos, que foram primordiais para uma melhor compreensão e entendimento.

---

<sup>3</sup> Resultados apresentados no tópico 6.



### 3. CONCEITOS, DEFINIÇÕES E FORMAS DE TURISMO

A definição do objeto é essencial para toda ciência e seu estudo. Ela permite compreender melhor a sua natureza e todos os aspectos que as envolvem. No entanto, na área do turismo, ainda é um pouco difícil definir de forma geral e única, exatamente pela sua natureza ser complexa e abrangente, ocasionando, até o presente momento, grande confusão.

O turismo mescla teorias e conceitos pertinentes a muitos ramos do saber humano. A sociologia, a antropologia, a geografia, a psicologia, a economia e similares, são ciências que fazem parte da atividade turística, impossibilitando, sua forma única.

Embora seja uma área de pesquisa recente, o turismo pode ser considerado um fato e/ou fenômeno multidisciplinar tão antigo quanto às primeiras experiências vivenciadas pelo homem, na qual, possuíam e possuem necessidades de deslocamento, independente da causa.

A falta de uma maior uniformidade no âmbito das conceituações, demanda a exploração de alguns autores que têm tratado do assunto ao longo dos anos.

#### 3.1 CONCEITUAÇÃO CONVENCIONAL DE TURISMO

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Se levado ao pé da letra, Turismo significa:

Ação ou efeito de viajar, basicamente com fins de entretenimento e eventualmente com outras finalidades (p. ex., culturais); ou seja, consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, que por lazer, cultura, saúde e afins, saem do seu local de residência habitual para outro (OMT, 2001, p. 38).

Em diversas publicações encontra-se o conceito de turismo interligado ao ato de viajar, não importando exatamente a duração da viagem, os turistas basicamente viajam de suas casas para algum destino.

Para um entendimento mais aprofundado do que realmente é o turismo, pode-se dizer que o turismo está em todas as atividades que se utilizem de equipamentos ou empreendimentos turísticos, seja ele de curta, média ou longa duração (SWARBROOKE *et al.*, 2019 p. 6).

Atualmente, o turismo se tornou uma atividade com alta escala de massificação e com fins comerciais. Se por um lado, a atividade turística é de suma importância para a economia do país como um todo, além do seu grau de interação com os outros setores econômicos; por outro lado, ao analisarmos a expansão desordenada da atividade turística, a mesma pode gerar degradação do meio, danos ecológicos, aumentos dos custos sociais e ambientais e similares (SWARBROOKE, 2019).

Conseguir estabelecer um limite entre os fatores que interferem no desenvolvimento do turismo e os impactos negativos que esse mesmo processo cria, tornou-se um problema difícil, uma vez que, os destinos de massa atraem cada vez mais, maior número de visitantes que apresentam comportamentos insensíveis, sem reconhecimento de limites e/ou consequências.

O Ministério do Turismo (MTUR) reconhece essas tendências de consumo como oportunidades de valorizar a diversidade e as particularidades do Brasil. Por isso, propõe a segmentação<sup>4</sup> como uma estratégia para estruturação e comercialização de destinos e roteiros turísticos brasileiros (DORES, 2015).

Diante algumas transfigurações, e de novas motivações de viagens e expectativas, envolvendo experiências pessoais, sociais e culturais mais autênticas, manifestaram-se novos deslocamentos diferenciados. Destaca-se, aqui, um turismo que não se fixa em meios de viagens e destinos tradicionais, e este possui traços particulares e é caracterizado pela sua simplicidade, tal como em hospedagem, transporte e/ou alimentação.

De acordo com o Mtur (2019), entre as modalidades de turismo mais comuns no Brasil estão o ecoturismo, o turismo de sol e praia, o turismo rural, o turismo cultural e o turismo de aventura.

---

<sup>4</sup> “Vale lembrar que as políticas públicas de turismo, incluindo a segmentação do turismo, têm como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social.”

De acordo com a OMT (2018) considera uma atividade econômica produtiva, leva a entender as atividades pelo lado do consumo, no que constitui uma passagem clara para uma abordagem do ponto de vista da demanda.

### 3.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária, durante alguns anos, transferiu uma visão marginalizada, periférica e totalmente distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais (FABRINO, 2013). Devido a essa aparência, poucos foram os profissionais que aprofundaram no campo da investigação e das análises da temática.

A inserção do TBC então perdurou até meados de 1990, quando o I Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL) foi introduzido ao meio acadêmico, através de um movimento de pesquisadores de diferentes países, viabilizando assim, a demanda por fóruns desta natureza e a consolidação de redes não formais de pesquisas; possibilitando o desenvolvimento de pesquisas, projetos e equivalentes aos estudos do tema.

No entanto, para Irving (2009), esta produção permaneceu escondida nos “bastidores” até recentemente. Ele acredita que um novo olhar sob o TBC, sucedeu a partir da convergência de diversos elementos ocorridos em âmbito nacional e internacional, tais como:

- a) A interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social;
- b) O fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática;
- c) O reconhecimento do capital social e o compromisso de envolver os atores sociais nas ações empreendidas por projetos internacionais;
- d) A inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associado a temáticas sociais e ambientais;
- e) A mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental;
- f) A exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social;

g) A emergência dos debates sobre o turismo e sustentabilidade.

Em 2008, foi realizado o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), com a finalidade de expandir novos caminhos para o turismo de todo o mundo. A tese central projetada no II seminário obteve a continuação do processo de construção de um novo segmento de turismo preestabelecido em 2003 (ano em que ocorreu o I SITS), sobre turismo comunitário.

Vale ressaltar que, o conceito de Turismo Comunitário (TC), apresenta algumas especificidades distintas em relação ao Turismo de Base Comunitária (TBC), apesar de serem tratados como equivalentes. Compreendemos atualmente, que o TC é voltado para o convencional, e, embora também traga benefícios à comunidade local, esta ainda não é a protagonista da experiência.

O Edital nº 01/2008 do Ministério do Turismo (MTur), foi aprovado nessa mesma eventualidade, onde, designava que os projetos e afins referentes ao TBC fossem financiados. Contudo, a iniciativa efetuada tornou-se a primeira ação do poder público federal a apoiar o novo modelo atribuído, configurando as comunidades como as principais protagonistas deste processo.

Segundo Kibicho (2008), entendia-se o processo como benefícios:

- a) A inclusão dos agentes envolvidos;
- b) A avaliação dos benefícios individuais e coletivos;
- c) A definição dos objetivos;
- d) A análise das decisões implantadas.

Entretanto, a colocação destas iniciativas obteve alguns entraves, como:

- 1) Falta de recursos financeiros;
- 2) Pouca ou nenhuma infraestrutura ou expertise;
- 3) Limitação cultural;
- 4) Conflitos entre os atores envolvidos.

Neste edital, o MTur define TBC da seguinte forma:

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre

falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências e políticas (CORIOLANO, 2012, p. 63).

O Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o intuito de constituir um padrão representativo para o TBC nas UCs brasileiras, na esfera federal, de acordo com princípios e com diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e da cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário, desenvolveu o trabalho Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes no ano de 2018 (BRASIL, 2018).

### 3.2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO TURISMO DE MASSA

O turismo, quando delineado e bem ordenado, pode vir a ser uma atividade benéfica desenvolvida em consonância e harmonia entre o meio ambiente e as comunidades locais. Esse processo, viabiliza as comunidades em beneficiárias permanentes, deixando de ser espectadoras e tornando-as atores sociais. Dessa forma, “[...] fortalece as culturas local e regional, preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, dos grupos e das regiões, com elevação da autoestima dos indivíduos/cidadãos” (BRASIL, 2007).

Para o turismo, o poder que o local pode exercer na execução desta atividade vem do argumento de adoção de políticas e de programas fundamentados nas descentralizações administrativa e financeira (PINTO, 2016). Todavia, deve-se levar em consideração que as práticas em comunidades de porte pequeno nem sempre logram o êxito esperado, segundo apontam as pesquisas realizadas por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009).

Com isso, se faz necessária a busca de um modelo que se contraponha ao do turismo de massa e que respeite as heranças culturais e as tradições locais. Nessa contraposição, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC), que

traz uma proposta de desenvolvimento local e centrado nos recursos endógenos das comunidades. Na literatura específica e nos programas oficiais de fomento, o TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (CORIOLANO, 2009; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Tal atividade oportuniza, às comunidades locais, serem as articuladoras e construtoras da cadeia produtiva do turismo, arrecadando o lucro e a renda, além de manterem suas atividades primárias (agricultura familiar, caça e pesca, extrativismo, etc.), afinal, a sua rotina e a sua vivência são as principais experiências oferecidas ao visitante.

De acordo com Sansolo e Burtztyrn (2009), iniciativas de TBC vêm se apresentando em todas as macrorregiões do Brasil, experiências que “têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna”.

Em continuidade, estes apontam a Região Nordeste do Brasil como a maior parte de experiências exercidas. Dos casos estudados, tais atividades ocorrem nas proximidades, no interior, ou contêm águas protegidas, tanto em Unidades de Conservação quanto em Áreas de Preservação Permanente. São empreendidas por pequenas comunidades, porém não envolvem a localidade como um todo.

O turismo, assim, é apontado como uma alternativa de desenvolvimento, em especial, áreas que sofrem de pouco progresso e evolução econômica, fundamentado nos benefícios que tal atividade acarreta tanto para a utilização sustentável da natureza, quanto para a comunidade local.

Em seu escopo, o TBC propõe o desenvolvimento da atividade turística em nível local, concentrada nos recursos endógenos das comunidades, ressaltando e promovendo os potenciais da conservação ambiental, da valorização da identidade cultural e da geração de benefícios para as comunidades receptoras (HENRÍQUEZ; SAMPAIO, ZECHNER, 2008).

Ressalta-se, no entanto, que apesar da “marca” de uma unidade de conservação ser capaz de valorizar territórios e atrair a demanda turística, ela por si só não garante a extensão de benefícios à população, pois, de acordo com Furtado (2004), o crescimento econômico não resulta em desenvolvimento

sem que haja um projeto social contemplando todas as dimensões. Ao contrário disso, o crescimento é insustentável, visto que aumenta as pressões sobre o meio ambiente e aprofunda a desigualdade social (FURTADO, 2004).

Podendo implicar impactos negativos quando as populações não são inseridas no processo de criação e gestão dessas áreas; não são realizados estudos prévios aprofundados; não há implementação das UCs e, principalmente, quando a permanência da população local não é admitida, sendo realocada ou tendo práticas de subsistência (BETTI, 2014).

Nesses casos, conflitos socioambientais são gerados e, por vezes, a comunidade se coloca em oposição às unidades por sentirem seus direitos cerceados. Uma vez que as UCs geram benefícios para toda a sociedade, mas as populações locais são as diretamente afetadas por suas consequências, faz-se necessário observar como a criação desses espaços especialmente protegidos interfere no desenvolvimento local (BETTI, 2014).

Conclui-se, com isso, que o desenvolvimento turístico depende do saber endógeno para a construção de projetos que incluam as populações locais em todos os estágios: na participação dos processos de planejamento, de implementação, de avaliação do projeto turístico, bem como de sua efetivação, garantindo as essências da sustentabilidade e da conservação dos patrimônios natural e cultural.

Sobre o Turismo de Base Comunitária, as discussões e as ações desta modalidade de gestão turística entraram em voga no cenário nacional, após o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010, em que houve o entendimento da necessidade de prover ações estratégicas de inclusão social e de participação nas políticas públicas da área. Nesse sentido, o TBC desponta como uma ferramenta importante de diversificação da oferta turística brasileira, pois é capaz de proporcionar o desenvolvimento local (BRASIL, 2006).

#### 4. IMPACTOS E AS COMUNIDADES LOCAIS

O crescimento mais significativo do turismo dá-se após a segunda guerra, em virtude dos avanços em tecnologia de comunicação que conseqüentemente, alavancaram seu desenvolvimento. Desde então, embora o termo “turismo” para a maioria das pessoas seja sinônimo econômico, o mesmo tem contribuído negativamente<sup>5</sup> para impactos ambientais, socioculturais e até mesmo no formato econômico (SIMPSON, 2008).

Simpson (2008) considera que estes indesejáveis efeitos acarretaram uma maior preocupação à conservação e preservação dos recursos naturais, do bem-estar humano e da viabilidade econômica em longo prazo das comunidades anfitriãs.

Woolcock e Narayan (2000), também qualificam que a dramática questão da sustentabilidade em circunstâncias das empresas turísticas, faz pensar na implementação e monitoramento sustentável a nível local.

Importante ressaltar que o grande acréscimo do setor turístico não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem, focalizando a distribuição entre as agências de viagens, companhias aéreas e hotéis. Essa condição é resultado de um turismo desordenado e mal estruturado, na qual não possuem um planejamento de gestão de envolvimento, interação e iniciativas endógenas que também são capazes de promover outro modelo de turismo, de forma mais sustentável e equitativa.

Essas recentes transformações que vêm surgindo no âmbito do turismo, têm ganhado a atenção de diversas áreas e setores, em particular da área acadêmica, de modo a adquirir novas discussões, investigações, análises e questões.

Todavia, existe uma diferença entre os conceitos fornecidos pela academia e o entendimento visto pela comunidade envolvida, como aponta Goodwine e Santilli (2009). De acordo como uma pesquisa realizada pelos autores, a percepção acadêmica<sup>6</sup> frequentemente faz o uso de dois pilares

---

<sup>5</sup> Cenários percebidos pelo crescimento desordenado do turismo, também conhecido como turismo de massa.

<sup>6</sup> Nota-se, pelo presente trabalho, em promover um novo entendimento de turismo e desenvolver maiores discussões e iniciativas endógenas.



primordiais em suas definições: “propriedade/gestão pela comunidade e benefícios para a comunidade”. Entretanto, em uma investigação quantitativa, abrangendo 116 membros de comunidades que estão inseridos nessa atividade, apenas 25% citaram em suas respostas “propriedade ou gestão pela comunidade” no quesito definições e somente um deles referiu “benefícios para a comunidade”. É possível identificar, portanto, através dessa análise realizada pelos autores, um abismo existente entre a perspicácia do que seja o Turismo de Base Comunitária para a academia e do que realmente representa para as comunidades interessadas (GOODWINE; SANTILLI, 2009, p. 5, apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 117).

Esse fator, contudo, não diminui a importância da atividade nem para as comunidades locais, muito menos aos acadêmicos que indagam sobre conceitos e definições que são vitais para sua caracterização. Isso é decorrente das políticas públicas voltadas ao fomento do TBC que necessitam de alguns parâmetros base para a identificação da atividade, independentemente do que a própria população entenda na prática. Em contrapartida, ainda assim é imprescindível dar vozes às comunidades, para não promover políticas de “cima para baixo” (BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 117).

É preciso uma organização interna dos setores, que promovam os itinerários turísticos de forma a propiciar e beneficiar os locais de destino, carecendo de um intermediário que avalie também os efeitos negativos, maximizando os benefícios. Afinal, o turismo pode ser considerado uma atividade que promove a transformação do espaço, assim como o equilíbrio sustentável entre o ser humano e o meio ambiente, a partir da valorização do ambiente, da cultura das comunidades locais e dos turistas.

Levando a discussão, mais especificamente, para as Unidades de Conservação, o turismo de base comunitária gera desenvolvimento nos níveis local e regional, tanto dentro quanto no entorno. A ampliação da visita gera impactos positivos nas áreas naturais e nas suas comunidades, o que ajuda na redução da pressão sobre os recursos naturais, devido aos usos desregulados, e gera uma fonte alternativa de recursos, principalmente, financeiros para estas áreas, promovendo a sua sustentabilidade financeira e melhorando a promoção do desenvolvimento sustentável, além de consolidar o Turismo

Sustentável como estratégia de preservação da natureza, elevando a qualidade da prestação de serviços turísticos nas áreas protegidas e em seus entornos (BRASIL, 2014).

De maneira geral, a utilização de áreas protegidas para o turismo sustentável reflete algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em função dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância no contexto da preservação da biodiversidade, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 71).

Nesse sentido, o turismo em Unidades de Conservação é permeado pelo ideário da sustentabilidade, tendo, como foco ou objetivo ideal, o resguardo dos recursos naturais. Assim, é imprescindível viabilizar, à população, uma área destinada a atividades que promovam a “[...] educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000), sendo, estas, ferramentas essenciais à conservação e à preservação da natureza.

Entretanto, as ações empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado, até o momento, pouco capazes de fazer frente à complexidade dos desafios das questões ambientais, como: redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, degradação e conservação ambientais; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos; entre outros. Assim, deve-se compreender que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa, que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Com foco no desenvolvimento local, o turismo deve, assim, viabilizar a promoção e a propagação de valores naturais, culturais e sociais de um local, a fim de ampliar as perspectivas da sociedade. No que se refere às Unidades de Conservação, pelo segmento de turismo de base comunitária, já está acompanhado dos aspectos ambientais e sociais, se configurando em uma alternativa de desenvolvimento local e sustentável, permitindo a compreensão da importância da preservação da diversidade biológica, valorização cultural, em consequência, contribuindo para o equilíbrio ambiental.

#### 4.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Atualmente, o termo sustentabilidade é utilizado como “[...] prefixo de suporte para diferentes assertivas, como maneira de demonstrar uma faceta nova para categorias já conhecidas, tais como: sustentabilidade socioeconômica, cultural, ambiental, turística etc. Trata-se, portanto, de uma tendência que minimamente tenta impulsionar uma reflexão sobre as condicionantes do processo de desenvolvimento” (PINTO, 2016, p. 77).

Apesar dos vários conceitos existentes, para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1999), o turismo sustentável é assim definido:

[...] atividade que satisfaz às necessidades dos turistas e às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (OMT, 1999).

Este agenciamento do desenvolvimento local pelo turismo se dá por destaque de três orientações para a formulação de alternativas:

- a) A manutenção da identidade cultural dos lugares com o próprio fator de atratividade turística e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes;
- b) A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades [...] como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;
- c) Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística: conservação do meio ambiente, rusticidade local, valorização sem transformação (SOUZA, 1999, p. 10).

Em referência ao conceito acerca do desenvolvimento, este é complexo, todavia importante, essencialmente à busca e o uso equitativo dos recursos entre as diversas sociedades.

De acordo com Vasconcellos Sobrinho (2013):

[...]. [Em] um primeiro momento, desenvolvimento trazia unicamente as ideias de progresso, de crescimento, de industrialização, de transformação e de modernização (VASCONCELLOS, 2013).

Esta era visão estritamente econômica, na qual as riquezas de uma nação eram medidas exclusivamente pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, isto é, sua abordagem era meramente quantitativa.

Para Coriolano (2012), o desenvolvimento foi um conceito criado pelos países influentes para explicar as desigualdades entre as nações. Este conceito foi associado à ideologia capitalista de que as nações pobres poderiam superar tais problemas, caso seguissem as regras estabelecidas pelos países dominantes. Isto é, imbrica-se a ideia de fazer os países mais pobres caminharem em busca de superar suas pobreza, o que, muitas das vezes, os tem levado a buscar equivocadamente este desenvolvimento.

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências e políticas (CORIOLANO, 2012, p. 63).

Entende-se que desenvolvimento está relacionado à mudança, à melhora na qualidade de vida da sociedade, como um todo, mesmo que o termo seja utilizado frequentemente como sinônimo de crescimento ou aumento, economicamente falando, isto não explicita a totalidade ou a amplitude do termo. Partindo deste apontamento, surge a expressão “desenvolvimento sustentável”, que, ao longo dos anos, disseminou-se em vários setores sociais, como no campo acadêmico, nas discussões intelectuais e políticas e, principalmente, no uso comercial de sua ideia, porém, neste último caso, com teor “modista” (MAGALHÃES, 2003).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento escreveu um relatório chamado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)* ou *Relatório de Brundtland*. Este documento continha a definição mais difundida do conceito de desenvolvimento sustentável, que é: “[...] aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas” (WCED, 1987).

Magalhães (2003) afirma que, apesar da existência de várias definições para o desenvolvimento sustentável, existe um consenso em torno da ideia-base do conceito, ou seja, “[...] desenvolvimento com equidade social intrageração e entre gerações [...]. Todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, mas pouco se aprendeu sobre como promovê-lo e, particularmente, como introduzi-lo”.

Desta forma, o desenvolvimento local sustentável é um processo de mudança social que busca a compatibilização entre o crescimento econômico e a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, colaborando para a elevação das oportunidades sociais e assegurando a conservação dos recursos naturais locais (BUARQUE, 2004).

## 5. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), de acordo com a sua pesquisa “Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: Diretrizes para sustentabilidade” aponta que o turismo é uma chave no quesito sustentabilidade, possuindo características únicas que o tornam uma força potencialmente positiva para a conservação ambiental.

Diante da ascensão dessa problemática, a proteção de áreas naturais tornou-se um debate de suma importância, a fim de preservar comunidades biológicas, espécies de todos os níveis e serviços ambientais essenciais para a sobrevivência de todos os seres vivos.

No Brasil, diante todas as áreas legalmente protegidas, destacam-se as Unidades de Conservação<sup>7</sup> (UCs). São classificadas como: “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei” (art. 1º, I).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) as fracionam em 12 categorias, criadas e geridas em razão de diferentes lógicas, conforme demonstra o **Quadro 1**.

**Quadro1:** Categoria denominada pelo SNUC

GRUPO	CATEGORIA SNUC	ORIGEM	DESCRIÇÃO
Proteção Integral	Estação Ecológica	SEMA (1981)	De posse e domínio público, servem à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas. A visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional. Pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável.

<sup>7</sup> Denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

Proteção Integral	Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (1967)	Visa a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.
Proteção Integral	Parque Nacional	Código Florestal de 1934	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Proteção Integral	Monumento Natural	SNUC (2000)	Objetivam a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Proteção Integral	Refúgio de vida silvestre	SNUC (2000)	Sua finalidade é a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e fauna residente ou migratória.
Uso Sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico	SEMA (1984)	Geralmente de pequena extensão, são áreas com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	MMA (1996)	De posse privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica.
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	SEMA (1981)	São áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Uso Sustentável	Floresta Nacional	Código Florestal de 1934	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	SNUC (2000)	São áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
Uso Sustentável	Reserva de Fauna	Lei de Proteção à Fauna (1967) - sob o nome de Parques de Caça	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Uso Sustentável	Reserva Extrativista	SNUC (2000)	Utilizadas por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, áreas dessa categoria tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

**Fonte:** Dicionário Ambiental (2013)

Para além de, adotar medidas que protegem, conservam, preservam e asseguram às representatividades de determinado local e das diferentes populações, habitat e ecossistemas existentes nela, as UCs também oportunizam que as comunidades tradicionais do entorno desenvolvam atividades práticas sustentáveis, de modo a gerar economia, o conhecimento da cultural local enrijecendo sua valorização e incentivando cada vez mais o desenvolvimento da região como um todo.

Assim, o TBC pode ser exercido no entorno de áreas naturais, deliberado e supervisionado pelas comunidades locais, que além de ocasionar os benefícios predominantemente para estas, também viabilizam uma maior



conscientização e conservação da biodiversidade, valorizando-se ambos patrimônios: natural e cultural.

Logo, ao conceder aos moradores locais o papel de protagonistas desta atividade turística, esta que não é somente um modelo alternativo do turismo, configura-se como uma transformação social das comunidades, que passam a assumir um papel ativo e criativo de seu próprio futuro (SACHS, 2008, p. 61, apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 117). Seu foco não está no lucro, muito mesmo na apropriação individual dos benefícios provenientes, mas na distribuição igualitária, nos incentivos dos encontros interculturais entre moradores e viajantes, e na compreensão de que o não residente conheça e aprenda com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31, apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 116).

Dessarte, as populações vinculadas com o processo, transfigura-se de anfitriãs para conjuntamente guias e provedoras de serviços, como: pousadas, restaurantes etc. Com novos domínios e conhecimento, estabelecem melhores condições de interação para com os turistas e ademais comunidades, além de apresentar com maior autonomia seus interesses diante de grupos econômicos e do próprio Estado. O Turismo de Base Comunitária, assim sendo, constitui um processo participativo e equitativo, onde todos os membros têm a oportunidade de manifestar-se, adquirir competências, conviver e trabalhar em conjunto (CBT, 2018, apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 116, 117).

## 5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS

Dos três biomas presentes no Estado de Minas Gerais, conforme os limites determinados no Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004), é possível identificar a predominância do Cerrado situada na porção centro-ocidental e ocupando mais da metade da área do Estado (56,87%), conforme demonstra a **Figura 2**.

Com a localização na porção oriental e próxima aos limites do Triângulo Mineiro, a Mata Atlântica ocorre em segunda maior proporção (41,24%), e, por último, e não menos relevante, a Caatinga (1,89%) que se encontra restrita ao extremo norte do Estado de Minas Gerais. Assim, a área de Mata Atlântica no

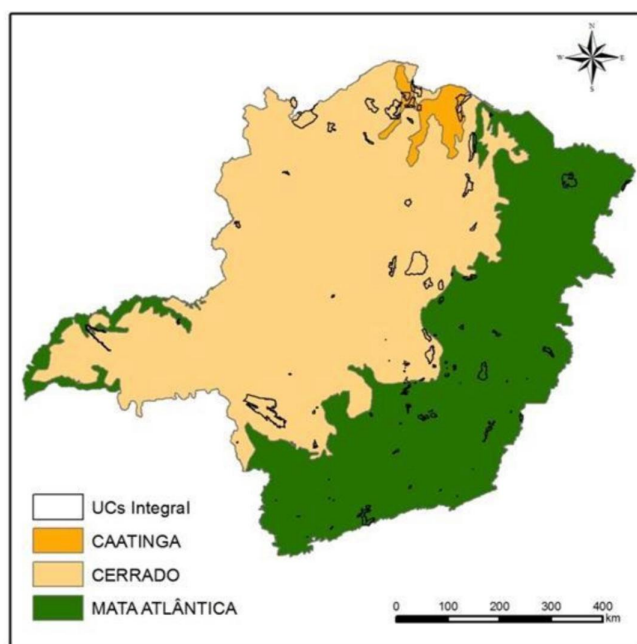
Estado de Minas Gerais representa 21,8% da área total deste bioma no território brasileiro, caracterizando, pelo menos  $\frac{1}{5}$  de toda a sua existência no Estado de Minas Gerais. Já o Cerrado, embora tenha maior extensão em relação à Mata Atlântica, este representa apenas 16,4% da extensão nacional do bioma.

**Figura 2:** Biomas em Minas Gerais e no Brasil

<b>Biomas</b>	<b>Mata Atlântica</b>	<b>Cerrado</b>	<b>Caatinga</b>
<b>área BRASIL (Km<sup>2</sup>)</b>	1.110.182,00	2.036.448,00	844.453,00
<b>área MG (Km<sup>2</sup>)</b>	242.028,50	333.796,53	11.096,60
<b>área MG (%)</b>	41,24	56,87	1,89
<b>área MG/BRASIL (%)</b>	21,80	16,39	1,31

**Fonte:** Mapa de Biomas da Brasil (IBGE, 2004)

**Figura 3:** Unidades de Proteção Integral e sua distribuição por Bioma no Estado de Minas Gerais



**Fonte:** GEMOG-IEF (2011), IBGE (2004).

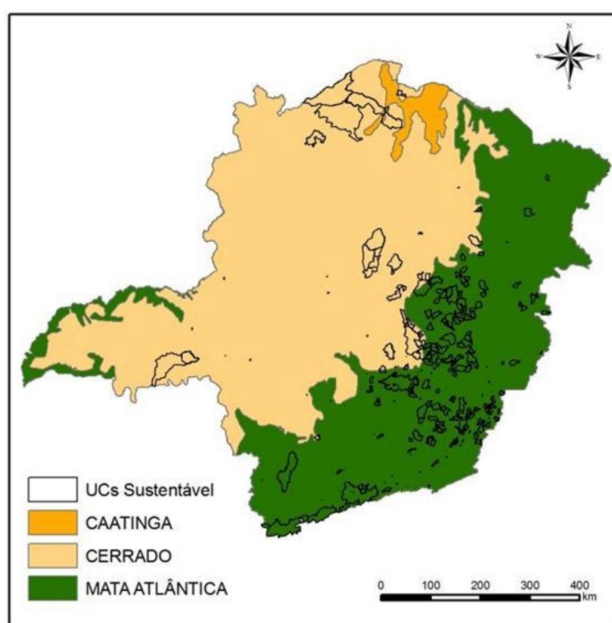
A localização das UCs de Proteção Integral em relação aos biomas no Estado, pode ser observado na **Figura 3<sup>8</sup>**. Na mesma figura, observa-se que o Cerrado apresenta a maior área sob proteção integral, com aproximadamente 8.000 Km<sup>2</sup> (2,4%) da área do bioma no Estado, e a Mata Atlântica possui a menor proteção proporcional, constituindo com apenas 1,1% da área do bioma no Estado. A Caatinga, simbolizando com 7,6%, é o bioma proporcionalmente mais protegido, embora esta área totalize menos de 1.000 km<sup>2</sup>.

**Figura 4:** Unidades de Conservação de Proteção Integral

categoria	quantidade	área km <sup>2</sup>	% total
Estação Ecológica (ESEC )	13	156,34	1,36
Monumento Natural (MONA )	13	107,33	0,93
Refúgio de Vida Silvestre (RVS )	4	222,42	1,94
Parques (PAQ )	114	10.345,48	90,10
Reserva Biológica (REBIO)	13	650,93	5,67
Total	<b>157</b>	<b>11.482,51</b>	

**Fonte:** GEMOG-IEF (2011), IBGE (2004).

**Figura 5:** Unidades de Uso Sustentável e sua distribuição por Bioma no Estado de Minas Gerais



**Fonte:** GEMOG-IEF (2011), IBGE (2004).

<sup>8</sup> Área total de 11.482 km<sup>2</sup> sob proteção integral corresponde apenas 1,96% da área total do Estado.

A **Figura 4**, evidencia a predominância dos Parques, que totalizam 90% da área protegida com 114 unidades. Dentre as outras categorias que aparecem acima, destaca-se as Reservas Biológicas, com 13 unidades representando quase 6% da área sob proteção integral, seguido pelo Refúgio de Vida Silvestre, com apenas 4 unidades, que configuram quase 2% da área sob proteção integral.

A localização das Unidades de Uso Sustentável em relação aos biomas no Estado pode ser visualizada na **Figura 5**<sup>9</sup>. Observa-se que a Mata Atlântica apresenta a maior área protegida sob uso sustentável, com aproximadamente 22.000 Km<sup>2</sup> (9%) da área do bioma no Estado, consecutivo do Cerrado que possui proteção proporcional de 5,8% da área e a Caatinga com apenas 1,15%.

Conforme demonstra a **Figura 6**, é possível identificar a predominância das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que representam exatamente 97,7% da área protegida com 164 unidades, seguido das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que ocorrem em segundo maior quantidade com 79 unidades.

Se comparadas, às Unidades de Conservação de Uso Sustentável são responsáveis pelo maior percentual de proteção, com 7,12% em relação à área total do Estado, e possuem área cerca de quatro vezes maior em extensão à área de Proteção Integral (1,96%).

**Figura 6:** Unidades de Uso Sustentável

<b>Categoria</b>	<b>quantidade</b>	<b>área km<sup>2</sup></b>	<b>% total</b>
Área de Proteção Ambiental (APA)	164	40.830,77	97,71
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	79	320,65	0,77
Floresta (FLO)	5	50,54	0,12
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	1	587,36	1,41
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>41.789,32</b>	

**Fonte:** GEMOG-IEF (2011), IBGE (2004).

<sup>9</sup> Área total de 41.789 km<sup>2</sup> sob uso sustentável corresponde a 7,12% da área total do Estado.

Porém, a efetividade da proteção de uso sustentável tem sido questionada no caso das APAs, em que o uso e ocupação muitas vezes não atende aos zoneamentos e restrições existentes, pouco diferindo de qualquer local onde se respeite a legislação orgânica em vigor (EUCLYDES & MAGALHÃES, 2006).

Acrescente-se, ainda, que a grande proliferação de APAs no âmbito municipal, como forma de obtenção de recursos do ICMS Ecológico pelas prefeituras, resultou na criação de muitas unidades sem qualquer estrutura e gestão efetiva (OLIVEIRA, 2008).

Outro problema referente às APAs está na sobreposição de áreas de diferentes categorias de UCs. Ou seja, a área das APAs contabiliza duplamente a área de UCs existentes no seu interior, como Parques, RPPNs, e afins, resultando na superestimativa das estatísticas referentes às áreas protegidas de uso sustentável.

A relação entre turismo e biodiversidade é das mais relevantes. Fato é que invariavelmente a atratividade de muitos destinos turísticos está diretamente associada a seus recursos naturais - e no Brasil, em especial, esse é um elemento que tem ainda mais relevância (BETTINI; LEVY, 2022).

As Unidades de Conservação têm um papel importantíssimo nessa discussão e nesse episódio as perspectivas de dois especialistas sobre como essas áreas protegidas podem fortalecer a relação entre turismo e capital natural de forma sustentável pode ser promotor da preservação nesses territórios protegidos e seus entornos (BETTINI; LEVY, 2022).

## **6. ANÁLISE DE RESULTADOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SELECIONADAS**

Após o levantamento bibliográfico e documental, conjuntamente, com os questionários obtidos pelos gestores dos parques selecionados, foi realizada a análise de resultados, com o intuito de compreender como o turismo de base comunitária está inserido nestes parques e principalmente como as comunidades locais estão inseridas/envolvidas neste segmento.

### **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SELECIONADAS:**

- Parque Estadual Serra do Brigadeiro - (PESB);
- Parque Estadual Serra do Intendente - (PESI);
- Parque Nacional da Serra do Cipó - (PNSCi).

Os questionários aplicados, foram de suma importância para aproximação dessa realidade e melhor entendimento, visto uma carência de artigos sobre TBC em relação às Unidades de Conservação selecionadas, destacando-se nesse sentido o Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Visto a disponibilidade de maiores discussões sobre a temática.

Assim, a análise deu-se da seguinte forma:

### **6.1 EXISTÊNCIA DE INICIATIVAS DE TBC NO ENTORNO PRÓXIMO DA UC (zona de amortecimento limite 10 km)**

- **PARQUE ESTADUAL SERRA DO BRIGADEIRO**

Através das pesquisas, podem-se notar as diferentes visões sobre o turismo de base comunitária e as diferentes aplicações em diversos parques nacionais e estaduais. Como um primeiro exemplo, com o turismo de base comunitária já bem segmentado, obtemos a Serra do Brigadeiro, sendo o seu território composto por quatro núcleos familiares. Com isso, o primeiro

apresentado é a comunidade do Boné<sup>10</sup>, onde os pesquisadores buscaram diagnosticar o cenário de uma gestão eficiente, caracterizando TBC como:

I) O TBC deve apresentar princípios, estratégias de implementação, planos de ação e um sistema de monitoramento de seu desenvolvimento de acordo com o espectro econômico, social, cultural, natural, ambiental e político (STEIN et al 2003);

II) A fim de refletir as visões e valores de uma comunidade de destino, o processo transparente de desenvolvimento do TBC deve permitir a participação plena da comunidade (JAMAL; Getz, 1999);

III) O TBC deve se estruturar com base em indicadores de desenvolvimento local, uma vez que o crescimento sustentável se dá a partir das tradições comunitárias (MILLER, 2001, p.29).

Essa representação exterioriza a conceituação do Projeto Boas Práticas no território do Parque. Assim, o artigo analisado apresenta um roteiro elaborado, no qual envolve o núcleo do turismo de base comunitária do Boné, tendo como objetivo sistematizar as ações operacionalizadas para a formatação de roteiros deste segmento turístico que o referido projeto utilizou. Para tanto, utilizou o método da pesquisa-ação, fazendo uso de observações e questionários. Este acompanhamento sistemático permitiu uma análise da estratégia utilizada, para que esta seja multiplicada em outros núcleos do turismo de base comunitária.

Ainda assim, o outro artigo analisado traz também como exemplo o Refúgio dos Galdinos<sup>11</sup>, em que existem cinco propriedades rurais da agricultura familiar. Com isso, a pesquisa realizada permitiu que o pesquisador tivesse contato direto com a rotina e a realidade dos empreendedores locais em suas atividades de trabalho e em suas atividades com o projeto de TBC. Dessa forma, puderam entender como funciona esse TBC, e ainda houve uma

---

<sup>10</sup> Comunidade existente na Serra do Brigadeiro, na qual encontra-se um turismo de base comunitária segmentado e fortificado.

<sup>11</sup> Outra comunidade presente no entorno do Parque, com um TBC segmentado.

elaboração de indicadores para avaliar as atividades executadas por esse núcleo.

- PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE E PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

Diferentemente da Serra do Brigadeiro, o Parque Estadual Serra do Intendente e o Parque Nacional da Serra do Cipó não desenvolvem e não possuem estudos concretos relacionados ao Turismo de Base Comunitária na região. No entanto, através do questionário aplicado pelo projeto-base, destacamos o PESI e o PNSCi que, conjuntamente, têm apoiado e/ou empreendido projetos na área de fomento ao TBC:

- “Projeto Rota das Dez Cachoeiras, vigente desde 2016 – Projeto de fomento ao turismo de base comunitária do Parque Estadual da Serra do Intendente, que tem como base a criação de uma rota de visitação a cachoeiras e comunidades no entorno do Parque, no município de Conceição do Mato Dentro. O detalhamento do projeto está no questionário respondido pela gestão do Parque Estadual da Serra do Intendente. O projeto ainda está em fase de ajustes de conteúdo e não foi ainda implementado.” – **respondido pelo Parque Nacional do Cipó;**

- “No entorno do Parque Estadual Serra do Intendente estamos trabalhando desde 2016 na implantação da “ROTA DAS 10 CACHOEIRAS”, percurso que margeia a unidade de conservação, cujo eixo principal possui 40 km. A proposta da rota é integrar a comunidade do entorno aos atrativos do Parque e região. Neste contexto, os moradores locais estão ofertando aos visitantes serviços como alimentação, hospedagem, condução e estacionamento.” – **respondido pela Serra do Intendente.**

Destaca-se também, o projeto Portais respondido pelo Parque Nacional da Serra do Cipó, que tem por objetivo fomentar a aproximação entre as



comunidades e as UCs. No entanto, trata-se de um projeto mais focado na educação ambiental, do que um turismo de base comunitária:

- “Projeto Portais do Parque Nacional da Serra do Cipó – Projeto criado pelo Parque Nacional da Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira – ICMBio, que tem como objetivos principais capacitar as comunidades limítrofes ao PARNA Serra do Cipó para o turismo e preservação ambiental, além de fomentar a aproximação entre as comunidades e as Unidades de Conservação.” – **respondido pelo Parque Nacional do Cipó;**

- “O Projeto Portais projeto foi pensado para acontecer vinculado a outro projeto das UC’s - o Projeto Travessias, que criou uma rede de trilhas de travessias no interior do PARNA Serra do Cipó, que se interligam e têm como pontos de entrada e saída às comunidades de Serra dos Alves (Itabira), Cabeça de Boi (Itambé do Mato Dentro), Altamira (Nova União) e São José da Serra (Jaboticatubas), limítrofes ao PARNA.” – **respondido pelo Parque Nacional do Cipó;**

- “O Projeto Portais trabalha nas comunidades oficinas com temas como “O que é turismo?”; “Turismo de base comunitária”; “Que turismo queremos?” e, a partir do levantamento das demandas da própria comunidade, são realizadas oficinas específicas como por exemplo produção associada ao turismo, empreendedorismo social, observação de flora e fauna, gastronomia local, entre outros. O projeto já está sendo implementado e as comunidades de Serra dos Alves e São José da Serra já estão sendo capacitadas.” – **respondido pelo Parque Nacional do Cipó;**

## 6.2 TIPOLOGIA DE ATIVIDADES VINCULADAS AO TBC NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Outro foco da pesquisa envolveu a identificação de diferentes atividades e práticas de turismo ofertadas na área de abrangência das UCs investigadas, como tipologia de produtos comercializados, experiências vinculadas aos modos de vida local, práticas de educação ambiental, atividades de lazer,

serviços de alimentação com base na culinária local/regional e receptivos locais.

A seguir, serão apresentados os resultados com base em cada atividade e/ou serviço, conforme **Quadro 2**.

**Quadro 2:** Atividades praticadas pelas UCs de Minas Gerais

<b>PARÂMETRO</b>	<b>PESB</b>	<b>PESI</b>	<b>PNSCi</b>
<b>Comercialização de produtos alimentícios</b>	Verduras, legumes, café, entre outras especiarias, além de feiras e agricultores.	Venda de plantas medicinais, na Comunidade do Tabuleiro.	Encontram-se mercadinhos como “Tá Caindo Fulô”, feiras como “Raízes do Campo” e o Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro.
<b>Comercialização de produtos transformados e embutidos</b>	NÃO.	Farinha de mandioca e rapadura, vendidas em Cubas e na Comunidade do Tabuleiro.	É possível encontrar esses produtos nas mesmas feiras e mercados listados acima.
<b>Comercialização de artesanato</b>	Artesanatos com palha de café, doces artesanais e outros similares.	Artesanato e utensílios de bambu, vendidos na Comunidade de Buraco e Parauninha.	SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.
<b>Demonstração de técnicas de produção rural</b>	SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.	NÃO.	Encontra-se no Sítio Entoá, na Lapinha da Serra/Santana do Riacho e o Projeto Contraponto, na Extrema/Congonhas do Norte.
<b>Educação ambiental</b>	Também realiza essa atividade dentro do próprio Parque, mas sem especificações de atividades.	Através do Programa de Educação Ambiental Municipal (PEAM), no Município de Conceição do Mato Dentro.	No mesmo Sítio e Projeto Contraponto, citado acima.
<b>Serviços de lazer</b>	Passeios de Mountain Bike, Turismo Rural e Atividades	Condutores capacitados que ofertam serviços no entorno do	SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.

	<p>Pedagógicas (apicultura, trekking, caiaque e quadriciclo). No Município de Rosário Limeira-MG, encontra-se uma agência de EcoTurismo, além do In Natura-Ecoturismo que promove atividades de aventura.</p>	<p>Parque. Comunidades como: Cubas, Tabuleiro, Parauninha, Candeias e Baú.</p>	
<b>Serviços de alimentação</b>	<p>SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.</p>	<p>Restaurantes nas Comunidades de Tabuleiro, Cubas, Três Barras, Parauninha e Candeias.</p>	<p>SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.</p>
<b>Serviços de hospedagem</b>	<p>SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.</p>	<p>Pousadas na Comunidade de Tabuleiro, aluguel de quartos e chalés nas Comunidades de Cubas, Parauninha, Tabuleiro e Candeias.</p>	<p>SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.</p>
<b>Serviços ambientais em áreas naturais</b>	<p>Detalha o próprio Parque como gerador desse serviço.</p>	<p>Patenteando o camping e Balneário do Poço do Pari, no distrito de Tabuleiro; a cachoeira do Peixe, em Cubas; e o Refúgio Serra Grande, em Candeias. Possuindo em todos, área verde, considerada protegida.</p>	<p>SIM, sem especificação dos tipos de artesanatos produzidos.</p>

**Fonte:** Questionário aplicado no ano de 2019

Ao analisar as respostas obtidas pelos gestores, os questionários nos revelam também um distanciamento das UCs com seu entorno direto. Assim, faz-se necessário que o setor turístico, juntamente com a população local, tenha o interesse no desenvolvimento do TBC para que, dessa forma, possam construir uma atuação eficiente. Apesar de apresentarem infraestrutura básica como hospedagens, restaurantes, produções de artesanatos e produtos locais, entre outras atividades similares para a realização de um turismo de base comunitária, somente estes serviços, aplicados individualmente, não são suficientes para a formação de um TBC. Assim, propostas vinculadas ao turismo de base comunitária podem conferir maior dinamismo ao entorno dos parques, além de ser uma alternativa para se contrapor ao turismo de massa.

É possível identificar também, esse distanciamento entre as comunidades e as UCs, visto que um dos aspectos que encontra-se no questionário não obteve retorno em nenhuma das unidades selecionadas. Sendo este: c) estratégias adotadas para a comercialização.

Outro fator na qual pode ser identificado nas análises, revela que, mesmo o TBC sendo pouco discutido e explorado, existem alguns lugares que desenvolvem essa atividade, como o caso do PESB. Das UCs selecionadas, o PESB é um dos que apresentam e desenvolvem a atividade no local, através do projeto “Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária na Serra do Brigadeiro”.

O enfoque do projeto Boas Práticas, está associada na vivência dos saberes e fazeres das comunidades rurais, através de trabalhos voltados para a economia solidária, vivências rurais, trabalhos voluntários de construções rurais, agroecologia e sobretudo no resgate da cultura popular dos grupos folclóricos da região, mobilizando-os para uma inserção na atividade turística no espaço rural.

De acordo com os aspectos mencionados acima sobre o projeto existente na Serra do Brigadeiro, em virtude do quadro apresentado, mostra-se que apesar do entorno do parque apresentar um segmento mais fortificado, à Unidade de Conservação encontra-se em um distanciamento direto com a comunidade, uma vez que não soube especificar as atividades rurais existentes e praticadas.

As Unidades do PESI e PNSCi, também vêm trabalhando desde 2016 com a proposta de integrar a comunidade com o entorno aos atrativos do parque e região. Porém, a iniciativa da “Rota das Dez Cachoeiras” no Parque Estadual Serra do Intendente que agrega ao Parque Nacional Serra do Cipó (percurso que possui 40 km), ainda encontra-se em fase de ajustes de conteúdo.

Constata-se que, apesar da carência da temática para com as Unidades de Conservação de Minas Gerais e seu entorno, e de não praticarem atividades com foco no TBC, existe sim a capacidade e competência para a atuação acerca do segmento e envolvimento das comunidades locais. No entanto, faz-se necessário políticas que fomentem e promovam as comunidades a iniciarem esse pensamento, através de discussões/meios de comunicação/informações que as envolvem e as tornem protagonistas, visto até aqui os benefícios advindos de tal atividade.

A análise do recorte das 3 unidades selecionadas para a pesquisa indica uma importante ausência de produtos formatados para o TBC, no entorno das UCs em Minas Gerais. O quadro 2 indica, conforme pesquisa realizada em 2019, inúmeros recursos turísticos que poderiam vir a ser apropriados por uma proposta concreta de TBC. Contudo, o que se percebe é uma significativa carência de produtos concretos que venham a conformar uma oferta a ser direcionada aos potenciais turistas de base comunitária.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca do desenvolvimento é inesgotável dentro da complexidade do tema e das suas multiplicidades. O desenvolvimento sustentável surge como uma proposta e/ou alternativa para atender a demanda social de um desenvolvimento mais responsável com foco nos princípios e os objetivos da sustentabilidade.

O turismo sustentável deve ser operacionalizado como uma ferramenta em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no manejo e conservação ambiental e no arranjo econômico solidário. Para que, dessa forma, possa consolidar-se como uma alternativa ambientalmente responsável.

O TBC caracteriza-se por uma importante atividade de desenvolvimento econômico e sociocultural e já se consolida como alternativa de proteção para as áreas naturais e conservação dos ecossistemas. Além de promover o desenvolvimento sustentável local, também agrega a participação da comunidade em todos os processos de elaboração e execução das atividades turísticas.

Essa participação é essencial, pois fortifica o protagonismo e a organização social das comunidades do interior e do entorno das Unidades de Conservação, trazendo melhorias tanto para suas condições de vida, quanto integrando as comunidades à gestão da Unidade de Conservação, tornando-se fundamental para a conscientização dos visitantes em relação à importância dos recursos naturais e da autenticidade cultural.

Em relação aos resultados apresentados pelas Unidades de Conservação selecionadas, é possível identificar pouca discussão e envolvimento no assunto, tanto na questão de dados/artigos, quanto nos questionários respondidos pelos gestores.

Essa ausência de informações sobre o tema inviabiliza maiores discussões, uma vez que é preciso debater mais sobre a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e suas práticas.

Vale ressaltar, assim como vem sendo dito durante todo o projeto, que o mesmo pretende contribuir para as discussões no assunto, uma vez que o TBC é muito pouco explorado e pode vir a ser uma atividade benéfica ao local

atribuído. Além de pautas, debates e análises dos pontos positivos e negativos a serem pensados pelas comunidades e gestores de determinada região, o projeto também pretende contribuir para o pensamento iniciante de desenvolvimento e elaboração de turismo de base comunitária nestes lugares, visto o potencial presente.

Um desafio nesse sentido concerne às próprias Unidades de Conservação em aproximar das suas comunidades locais, e vice-versa, denotar suas peculiaridades e investir em experiências e atividades vinculadas ao TBC conjuntamente, não em serviços aplicados separadamente, como visto no tópico anterior. Afinal, serviços ofertados separadamente não constituem a prática do TBC.

Mediante todo o assunto discutido ao longo desse projeto, é averiguado a potencialidade para a existência do Turismo de Base Comunitária, assim como no caso do PESB por exemplo, interferindo na melhoria da qualidade de vida de populações locais e na valorização de seus patrimônios naturais e culturais.

O propósito de toda essa contestação, consiste em fortalecer o interesse da comunidade local e impulsioná-la, a partir de debates que promovam a visibilidade de tal temática, sobretudo, no crescimento de demandas já existentes, como o caso do projeto “Rota das Dez Cachoeira” que engloba o Parque Estadual Serra do Intendente e o Parque Nacional da Serra do Cipó, porém a atividade ainda não foi implementada e permanece somente no interesse.

## REFERÊNCIAS

AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e Estâncias**. São Paulo: Futura, 2001.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. *In*: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002**. *Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Ago. 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Produto Interno Bruto (PIB)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal**: Princípios e Diretrizes. Brasília: MMA, 2018. p. 01-22. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2017.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal**: caderno de experiências / GUERRA, M. F.; ALVITE, C. M. de C.; SANTOS, B. de V. S. (Org.); FONTOURA, A. G. da C. *et al.* (Aut.); ilustrações de Daniel Dias Moreira. 1. ed. Brasília: ICMBio-MMA, 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.958, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/\\_legislacao/19\\_legislacao18122008092900.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_legislacao/19_legislacao18122008092900.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Catálogo de Turismo de Base Comunitária**. Brasília: [Ministério do Turismo], 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: [Ministério do Turismo], 2007.



BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Turismo Responsável e Desenvolvimento Territorial nas Áreas Naturais Protegidas e seu Entorno**. 2014. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/conselhos/conselho\\_nacional/documentos\\_conselho/Apresentacao\\_Mtur\\_PNT\\_em\\_acao\\_parques\\_naturais.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/conselhos/conselho_nacional/documentos_conselho/Apresentacao_Mtur_PNT_em_acao_parques_naturais.pdf). Acesso em: 23 nov. 2022.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BURSZTYN, I. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BURSZTYN, I. O ecoturismo e os hóspedes de natureza. *In*: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimos a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002.

BURSZTYN, I. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *In*: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS: Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 161-171, jun. 2003.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. 2005, 110f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Assinada durante a Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)> .Acesso em: 22 nov. 2022.

CORIOLOANO, L. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Turismo, Espaço e Estratégias do Desenvolvimento Local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COUTINHO, L.M. O Conceito de Bioma. **Acta bot. bras.** 20(1): 13-23. 2006.

DORES, L. A. O. das. **Turismo de base comunitária como indutor de desenvolvimento local**: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré-PA. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2015.

DUTRA, A. da R. S. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres. *In*: IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Org.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**: diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2017.

EUCLYDES, A.C.P & MAGALHÃES, S.R.A. A Área de Proteção Ambiental (APA) e o ICMS Ecológico em Minas Gerais: algumas reflexões. **Geografias**, vol.02 39- 55, Belo Horizonte, 2006.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 18-35, 2016.

HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C.; ZECHNER, T. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. *In*: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, Fortaleza/Ceará, 2008. **Anais [...]**. Fortaleza, 2008.

IBGE. 2004. **Mapa de Biomas do Brasil** (1: 5.000.000) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Meio Ambiente.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Programa de Mobilização do Turismo Local**. 2019. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/projeto/25>. Acesso em: 14 nov. 2022.

INVIRG, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*; BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 2009. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

IVARS BAIDAL, J. A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG). Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75 p. (Documentos de Trabajo, n. 1)

LEVÍ, M. J. A. **O Turismo e Desenvolvimento Sustentável**: Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

MAGALHÃES, A. R. Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-árido. *In*: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003. p. 417-429.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B. & ARAÚJO, F. F. S. 2011. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MINAS GERAIS. **Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais** – Universidade Federal de Lavras, 2006.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023**. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Metas Nacionais para Biodiversidade 2010**. Brasília: MMA, 2007. 16 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília: MMA, 2006. 89 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Quarto relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica: Brasil**. Brasília: MMA, 2011. 248 p.

MITTERMEIER, R.A., P. ROBLES-GIL, M. HOFFMAN, J. PILGRIM, T. BROOKS, C.G. MITTERMEIER, J. LAMOREUX & G.A. FONSECA (Eds). **Hotspots Revisited: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions**. CEMEX, Agrupación Sierra Madre, Conservation International. 2005. 392p.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. **Ecoturismo**: práticas para o turismo sustentável. Manaus: Ed. Vale; Uninorte, 2004.

OLIVEIRA, V.S. Implementação e Fator de Qualidade em Áreas de Proteção Ambiental em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Agenda para planificadores locais**: turismo sostenible y gestión municipal. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe)

PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

RIBEIRO, J. C. J. **Indicadores ambientais: avaliando a política de meio ambiente no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 2006. 304 p

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 2009. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/pub](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/pub). Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, M. O Programa Brasileiro de Unidades de Conservação. **Megadiversidade** vol.1, julho, 2005.

SOUZA, M. J. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-42.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Notas Introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial. *In*: MITSCHERIN, T.; ROCHA, G. de M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Desenvolvimento Local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROLLA, Simone. **Unidades de Conservação em Minas Gerais e contribuição do cenário atual para as metas de conservação da biodiversidade**. 2012.

ARAÚJO, Mariana. **O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil**. Turismo em Análise. Vol. 2, n. 2, agosto 2011.

MORAES, Werter. EMMENDOERFER, Magnus. **Turismo Comunitário e inclusão social: Análise do roteiro turístico de base comunitária do projeto boas práticas na Serra do Brigadeiro - MG/Brasil**. ABET, JUIZ DE FORA, V.5, N. 3, P. 30 - 35, set./dez. 2015.

MORAES, Werter. RIBEIRO, Guido. EMMENDOERFER, Magnus. **Ensaio de uma metodologia com indicadores para o turismo de base comunitária: O caso do Território da Serra do Brigadeiro - Brasil**. Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 11 N.º 2 págs. 297-312.2013.

BETTINI, Juliana. LEVY, Denise. **Turismo e unidades de conservação**. 2022. Disponível em: <http://blogs.iadb.org/brazil/pt-br/turismo-e-unidades-de-conservacao/> Acesso em: 20 jan. 2023.

BETTI, Patricia. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação**: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba - Paraná. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

BETTI, Patricia. FRIGO DENARDIN, Valdir. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba - PR**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 19, núm 1, 2019.